



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 12

Sessão Ordinária Junho

2.º Reunião em 09/06/2022

Aos nove dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela sucedânea Joana de Oliveira Teixeira, na qualidade de Primeira Secretário, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Sandra Maria Sindão Monteiro, João Bastos Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Margarida Isabel da Cruz Lourenço Rei, Carlos Alberto Martins Nunes, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina de Jesus Tavares, Jerónimo dos Santos Dias, e António Manuel Santos Salavessa.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Joana da Fonseca Valente e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Faltaram os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, Luis Miguel Capão Filipe e Manuel Oliveira de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão da Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e dos Vogais, Pedro Machado Pires da Rosa, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Joana de Oliveira Teixeira, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Celme Cristina de Jesus Tavares, Jerónimo dos Santos Dias, António Manuel dos Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Virgínia Maria Melo Matos, António José de Jesus Monteiro, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico e Isabel Alexandra da Conceição Marques, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, Fernando Tavares Marques e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Sandra Maria Sindão Monteiro, João Bastos Figueiredo, Daniela Carla de Sousa Pinto, Margarida Isabel da Cruz Lourenço Rei, e Carlos Alberto Martins Nunes, respetivamente.

Faltaram os deputados Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Ana Maria Seiça Neves Ferreira e o Presidente de Junta António Augusto Cruz de Aguiar.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuidade à “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Junho:

Ponto 3 – Apreciação e votação da Conta Consolidada de 2021;

Ponto 4 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação “gratuidade dos transportes públicos no modelo implementado pela Câmara Municipal de Lisboa”.

Ponto 3 – Apreciação e votação da Conta Consolidada de 2021.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/06/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰⁴ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Muito obrigado. Boa noite a todos. Senhor Presidente, senhores membros da Assembleia Municipal. De forma muito breve. Está tudo dito e bem-dito, em razão da qualidade das Contas de 2021. Sabendo que, além do mais, o que somamos à Conta da Câmara é pouco relevante, porque, infelizmente, a dimensão financeira da atividade da Aveiro Expo em 2021 foi muito reduzida por força dos condicionalismos criados pela pandemia, como todos temos boa consciência.

E, portanto, aquilo que já era em 2019 uma atividade relevante, intensa, com um nível de ocupação do parque de exposições quase em 100%, enfim, passou para os níveis que passou, quase a zero por cento e obviamente tem um impacto óbvio, nomeadamente na estrutura da receita da nossa empresa que, obviamente foi devidamente cuidada na relação que tem com o seu acionista maioritário que é a Câmara Municipal de Aveiro.

De resto a Conta confirma tudo aquilo que aqui debatemos em Fevereiro e em Abril. Enfim, como disse e repito, o que se soma não é relevante, dada a desproporção em termos da dimensão das contas da Aveiro Expo e da própria Câmara Municipal e, portanto, cumprimos o preceito legal de ter a nossa Conta Consolidada aprovada e comunicada, como vamos fazer, obviamente depois da aprovação da Assembleia, à Direção-geral das Autarquias Locais até ao final deste mês de Junho. Sabendo que

continuamos este caminho de recuperação financeira, de consolidação, de garantia da capacidade da Câmara de responder contrariedades, como respondemos às da pandemia e como estamos e vamos responder às novas contrariedades do aumento dos custos, de tantas coisas que nos estão a acontecer. Das obras, dos combustíveis, da alimentação, etc, etc. Portanto a Câmara neste processo de consolidação também se capacitou para responder a estas situações e, portanto, vamos seguramente continuar a reduzir a dívida, a garantir uma capacidade elevada de investimento muito por força da estrutura de receita que temos e, obviamente, ancorada naquilo que faz a diferença, que são os fundos comunitários que vamos continuar a aproveitar no máximo da nossa capacidade. Seja no Portugal 20/20 que ainda temos muito para fazer, seja as operações novas do PRR e muito especialmente aquelas que surgirão no Portugal 20/30.

Portanto, totalmente ao dispor para alguma questão, embora, enfim, a nota que aqui interessa, não há qualquer novidade, há apenas mais um ato formal, mais um documento que confirma aquilo que sabemos. Uma Câmara recuperada financeiramente, uma Câmara consolidada na sua estrutura financeira, capacitada para responder contrariedades e para manter uma capacidade de investimento a elevado nível como tem vindo a acontecer nestes últimos anos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Boa tarde a todos. Mesa, Câmara, Público. Descontados os considerandos políticos do Senhor Presidente da Câmara, está praticamente tudo dito, pelo que fica muito pouco por dizer. Vou reservar uns minutos para uma intervenção na segunda volta caso surja alguma surpresa.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA)— Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, Senhores deputados. Relativamente à apreciação das Contas Consolidadas eu começo a minha intervenção por pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara.

Em primeiro lugar nós gostaríamos de saber se a Aveiro Expo recebeu alguma contrapartida financeira por parte do Ministério da Saúde, pela cedência do espaço para a vacinação Covid 19?

Em segundo lugar é dito na página 16 que A AgroVouga que se realizou em Novembro não apresentou proveitos e gastos! Queríamos que nos esclarecesse este ponto.

Fazendo uma avaliação geral ao relatório de Contas Consolidadas os comentários que temos a fazer vão em linha com o que afirmámos em anteriores reuniões. Até porque as Contas da Aveiro Expo incluídas agora neste relatório afetam pouco ou nada as Contas gerais.

Nós compreendemos que devido à pandemia 2021 foi um ano mau para as Contas da Aveiro Expo, não podendo realizar vários eventos habituais como sendo a Feira de Março, Automóvel, Aveiro Noivos e a Feira Vocacional Profissional, mas estamos convictos que 2022 irá ser bastante melhor.

Apesar das dificuldades acrescidas com a pandemia é certo que o executivo camarário completou em 2021 a recuperação financeira da Câmara, cumprindo o rácio de 1.5 na relação receitas versus dívida. De facto, isto se traduziu na assinatura da cessação do FAM no mês de Dezembro passado.

Como já referimos em anteriores reuniões congratulamo-nos com este facto. No entanto, não podemos deixar de voltar a salientar, esta recuperação foi feita em grande parte à

custa de uma elevadíssima carga fiscal sobre os municípios. Falamos de uma taxa de 0.4 de IMI que nos coloca no grupo dos 10% dos municípios com a taxa mais elevada a nível nacional. E também falamos sobre a Derrama sobre as empresas no valor máximo permitido por lei de 1.5 sobre o lucro tributável.

Em conclusão, nós votaremos pela abstenção. Muito obrigado.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha lá em casa. Como disse o Presidente Ribau Esteves estas Contas não apresentam grandes novidades, pois já tecemos aqui considerações sobre as opções orçamentais deste Executivo. As contas de 2021 seguem as opções políticas que ficam aquém dos desafios apresentados nos dias de hoje a um município moderno, o que continuamos a presenciar em 2022.

Já afirmámos a nossa discordância relativamente a Obras que estão a decorrer, bem como chamamos a atenção para assuntos que consideramos prioritários e que necessitam de maior investimento. Exemplo disso é a área Ambiental e a transição Energética e a tão gritante falta de atuação e investimento para o cumprimento da legislação na área Animal. Também um maior investimento necessário na área Cultural. Por outro lado, discordamos da elevada carga fiscal que subsiste e que penaliza consecutivamente os aveirenses.

Relembro que atravessamos uma pandemia e uma guerra na Europa com as dificuldades acrescidas que isso trás a cada um de nós. A crescer a isso temos serviços públicos que consideramos que não satisfazem, que não têm qualidade insuficiente. Podemos falar dos transportes, que vamos discutir no ponto seguinte também. Somamos a dificuldade que é hoje em Aveiro por exemplo arrendar uma casa.

No mês de Maio Aveiro foi a 2ª capital de distrito onde os preços do arrendamento mais subiram. Nomeadamente 4.3%. Esta percentagem ficou acima de Lisboa e do Porto. É algo que devemos ter todos em atenção. Se é bom viver em Aveiro, isso não é para todos. O nosso voto só poderá ser conta.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Boa noite a todas e a todos. As contas espelham o resultado de impostos no máximo para serviços no mínimo. Tem sido esta a máxima da governação PSD/CDS em Aveiro.

Cenário repetido em 2022. A Câmara Municipal apesar de ter a capacidade financeira para descer os impostos, taxas e tarifas que estão no máximo (ou lá perto), optou por não o fazer. Havia a capacidade para aumentar a resposta social e investir em serviços públicos mais fortes; como a habitação e transportes públicos. Mas a direita escolheu não o fazer.

Mas hoje, na discussão das Contas do município, não podemos deixar de abordar dois anúncios do dia que têm toda a centralidade para Aveiro.

O Ministro da habitação anunciou hoje que os apartamentos a custos controlados na Luzostela em Esgueira, vão mesmo ser uma realidade. Recorde-se que foi o Bloco de Esquerda primeiramente a trazer este tema para a discussão pública. Na altura Ribau Esteves ameaçou usar a bomba atómica e não licenciar esse investimento estatal essencial para Aveiro. A obra da Luzostela é uma raridade no país. Portugal e Aveiro têm muito pouca habitação pública em comparação com outros países da União Europeia. E praticamente todo o parque público habitacional está dedicado à habitação social. Faltam respostas para a classe média e para a habitação como um todo.

O investimento na Luzostela responde a essa necessidade essencial. As rendas em Aveiro estão bastante acima dos salários médios, é preciso oferta pública e intervenção no mercado.

Agradecemos a Ribau Esteves ter elevado tanto a sua oposição inicial a esta obra. É assim ainda mais evidente a sua derrota. E assim mostra que a derrota da direita em Aveiro é uma boa notícia para a população. A direita continua a não ter políticas de habitação em Aveiro, mas pelo menos decidiu deixar de estorvar as poucas políticas de habitação que há no país. Felicitamos o PSD e CDS por isso. Mas o Ministro da Habitação não falou apenas da Luzostela, que é uma resposta para a classe média.

O Ministro da habitação no mesmo momento falou do Primeiro Direito, isto é oferta habitacional para pessoas carenciadas. Disse o que já se sabe: há 1,2 mil milhões de euros para o programa Primeiro Direito através da bazuca europeia. Mas disse mais: convidou o município de Aveiro a irem buscar estes fundos.

Recordamos que o Bloco apresentou uma proposta nesta Assembleia Municipal para que a Câmara de Aveiro concorresse ao Primeiro Direito. Essa proposta foi chumbada com os votos contra da direita, mas pasme-se com o voto contra do PS. Agora até o Ministro do governo PS faz o apelo que o Bloco Esquerda aqui em primeiro fez.

E Aveiro ainda nem sequer tem a Estratégia Local de Habitação feita, documento necessário para concorrer ao programa Primeiro Direito.

Reafirmamos que é necessária a construção de uma Estratégia Local de Habitação, com garantias de oferta pública e de regulação do mercado. E reafirmamos a necessidade urgente de concorrer ao Primeiro Direito para que quem viva em carência habitacional ou quem tenha carência económica possa ter uma resposta à sua vida.

Perguntamos, qual é a resposta de Ribau Esteves a esta questão. Aveiro vai concorrer aos 1,2 mil milhões de euros do Primeiro Direito? Perguntamos também ao PS se mudou aqui a sua posição e se aprova essa candidatura ao Primeiro Direito.

Consideramos que a habitação deve ser prioritária nas políticas públicas. E a habitação é também o retrato do falhanço da governação PSD/CDS em Aveiro. Quem necessita arrendar uma habitação bem acima do que pode pagar sabe muito bem o preço desse falhanço.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Boa noite a todos. Eu parece-me que há uma agenda nova para esta reunião! Oque acabei de ouvir não tem nada a ver com o ponto que estamos a discutir, mas enfim, cada um sabe de si.

Como disse o Senhor Presidente da Câmara, neste resumo das Contas não há muito mais para dizer, mas eu aproveitava para falar do que é citado no ponto 2 das reservas de certificação legal de Contas, a propósito da sociedade Aveiro Pólis.

Há alguma novidade ou continuamos como há quinze anos, não sei quantos. É só esta a pergunta que tenho neste momento. Obrigado.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Boa noite Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos. Relativamente a este ponto e na sequência do que disse o senhor presidente da Câmara, de facto, em termos substantivos as Contas da Aveiro Expo pouco ou nada alteram aquilo que foi a Conta do município.

Portanto, não há nenhum motivo para que o PS altere aquela que foi a sua posição e, portanto, escusar-me-ei repetir aqui os argumentos.

Aproveitava apenas para perguntar se efetivamente se há alguma novidade relativamente à Aveiro-Expo? Enfim, sendo que, não sei se este passo da aprovação da conta consolidada com a Aveiro Expo que se continuará a verificar no futuro, caso a mesma seja revestida de outra forma que não integrando o grupo municipal. E, portanto, relativamente ao ponto está tudo dito. Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Boa noite a todos. Na pessoa do senhor Presidente cumprimentar todos e os que nos estão a ver em casa.

Sobre este ponto das Contas consolidadas de 2021 já aqui se falou sobre a guerra da Ucrânia, sobre a habitação, mas não é sobre isso que estamos aqui – penso eu. Na agenda que o Senhor Presidente nos mandou este ponto é sobre Contas Consolidadas de 2021.

As Contas de 2021 já aqui foram apreciadas. São Contas boas, são boas Contas. E nesse sentido o PSD votará favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁴

“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. Em relação às questões colocadas pelo Gabriel Bernardo. Nós não tivemos qualquer tipo de receita do Ministério da Saúde, no âmbito do Centro de vacinação no quando esteve instalado no Parque Exposições ou mesmo agora instalado no terminal rodoviário.

A única coisa que tivemos a esse nível foi despesa, assumida, de forma clara e cristalina. No final do ano passado o Governo lançou um aviso no âmbito de uma negociação com a ANMP que conseguiu afetar 55 milhões de euros de um programa comunitário. Enfim, que se colocou em funcionamento para ajudar as economias europeias gerir esta fase de transição entre o fim do programa Europa 20/20 e o início da Europa 20/30, chamado REACT-EU. Foi a este fundo que o Governo do país basicamente recorreu para pagar a fortuna imensa das despesas Covid 19. Portanto a esmagadora maioria REACT-EU foi por essa tipologia de despesa do Ministério da Saúde.

Depois há uma área do REACT-EU que é uma área ambiental. Como sabemos, hoje, tudo o que mexe com fundos comunitários tem que ter uma dimensão ambiental. E, portanto, qualquer fundo, mesmo o REACT-EU tem uma dotação específica para a área ambiental e, por isso é que nós CIRA conseguimos garantir o financiamento de 2 projetos e 2 obras, que tem uma estimativa de custo de 3 milhões de euros, com financiamento referencial de 100% para a reabilitação de um conjunto de praias e cais na Ria de Aveiro e para a qualificação da margem sul do rio Novo do Príncipe.

No caso, os tais 55 milhões, enfim, o Governo tem uma dívida aos municípios portugueses de 260 milhões e na negociação, à procura de soluções para que o Governo possa pagar essa dívida para com os municípios portugueses, arranjou-se esses 55 milhões.

Houve um concurso, enfim, estas coisas dos fundos comunitários têm esta paranoia de que tudo tem de ser concursado. O concurso tinha uma referência financeira para cada município de 150.000 euros, mas nós fomos com tudo aquilo que tinha elegibilidade àquele concurso. O concurso era muito limitado, tinha tipologias de elegibilidade condicionada e tinha também só um pequeno período de tempo de 2020, de despesa elegível. E nós fomos com tudo, como é nossa prática, com 760.000 euros de despesa e como a procura foi baixa, porque os municípios, boa parte deles, não estavam capazes de responder, porque todas as regras da contratação pública têm que estar tudo cumprido a 100%. E todos nós, nalgumas despesas, e houve câmaras que fizeram muitíssimo isso, não cumpriram as regras. Dou-vos um exemplo. Compra de equipamento de proteção

individual. Nós fomos fornecedores desde o princípio dos Bombeiros e das IPSS. Comprávamos e distribuíamos. Muitos municípios não fizeram assim. Como é que faziam, entregavam um subsídio às IPSS e a IPSS comprava. Diferença, enquanto a nossa despesa é elegível neste fundo, essa despesa feita dessa maneira não é elegível a esse fundo. Conclusão nós tivemos a candidatura aprovada a 100% e já recebemos os 760.000 euros. Nada do que foi gasto no centro de vacinação é despesa elegível.

Mas pronto, só para dar conta que nós ao todo, não temos ainda contas fechadas, nem as podemos fechar tão cedo, mas já ultrapassámos os 10 milhões de euros de investimento na matéria Covid 19.

Já recebemos 760 mil, pois com certeza, é bem melhor que nada. Mas obviamente continua a haver esse trabalho com o Governo, para que Aveiro e outros municípios, possam receber. Para deixar a resposta completa à sua a sua questão.

Quanto à Agrovouga. Ela proveitos não teve, as despesas também não. No quadro da Agrovouga a Câmara assumiu a organização e toda a despesa correu pelo nosso orçamento.

Portanto nós assumimos, por deliberação de câmara, com as formalidades normais, a Agrovouga é uma organização da Câmara, que usa o seu parque de Feiras e Exposições. Aquilo que obtivemos do Parque foi, digamos, toda a despesa fixa. Recursos humanos, energia, pronto essa despesa foi assumida, mas essa está nas contas.

A outra, o aluguer dos stands, tudo isso, essa foi assumida diretamente pela Câmara, dado tratar-se de um evento assumido pela própria câmara municipal. Seguramente que 2022 vai ser melhor, como é evidente. E desde logo na vida da Aveiro Expo a Feira de Março faz logo boa parte da diferença.

Em relação à carga fiscal. Enfim, a Marta Dutra falou sobre isto. Há uma coisa que é assim: como é que se resolvia isto? Como? Anda acredito que o Chega pudesse conseguir um milagre divino, porque naquilo que vamos lendo no programa e numa outra declaração dos seus dirigentes há alguma relação com a divindade! Já no que respeita ao PAN e ao BE, não vejo de onde viria o milagre, não vejo. Bem, posso também não ter perscrutado com qualidade todas as dimensões relacionais que tendes com a divindade. Mas pronto, isto para dar nota que, como é que se resolvia o problema? Mais. Como é que nós resolvíamos o problema financeiro, pagávamos a dívida a toda a gente e recuperámos a capacidade de investir nas associações, nas juntas, nas obras, no apoio social, na resposta ao Covid, donde é que vinha o dinheiro? Onde é que íamos buscar os 10 milhões que já investimos só em Covid? Ao orçamento do Bloco, do PAN, do Chega? Não me parece.

Vocês têm aqui muita vontade, a vossa disponibilidade orçamental também não é lá grande espingarda para fazer uma doação a nossa Câmara Municipal.

Eu só lembro, e para terminar, foi um exercício bom, este ano no que respeita à Conta Consolidada, que tivemos eleições no final de Setembro. Portanto a maior parte do exercício apresentado foi escrutinado por um ato eleitoral. Não sei se se lembram! E não vale a pena porque é sempre um ato negativo, nós políticos, autarcas, chamarmos estúpidos aos nossos concidadãos. Os cidadãos têm sempre razão. E, portanto, a votação claríssima nesta tal maioria, PSD/CDS/PPM deixa bem claro que, de facto, os cidadãos estão satisfeitos com o que fizemos, com a relação total de tudo, mesmo a carga fiscal. Eles sabem bem, que a utilizamos bem, em seu benefício, em seu proveito. Essa é a Conta que é relevante fazermos nesta matéria.

Lembrar também, saiu a notícia esta semana, a nossa NUT III, a NUT III da região de Aveiro é a terceira do país em índice de competitividade a seguir a Lisboa e ao Porto.

Somos nós que estamos em 3º lugar. Quer dizer que mantemos dinâmicas económicas, que gera crescimento, que gera riqueza, obviamente, de atrair gente para viver

permanente, para passar férias, para viver períodos de tempo, seja para fazer para trabalhar, para investigar, para estudar. E isso, obviamente, são coisas boas que provocam algumas coisas negativas, nomeadamente o crescimento do custo da habitação. Mas não há volta a dar e, portanto, tudo aquilo que fizemos em 2021 nesta área, estamos a ajudar o Governo nessa operação da Luzostela que tem a nossa total cooperação. Mas dando a perna e o Governo está muito interessado em dar à perna e nós também para os tais 115 fogos, tudo correndo bem, não é possível termos estes fogos disponíveis para os cidadãos antes de 2025. Não é possível, não é fisicamente possível.

Nós temos estado a cooperar com o Governo, mas é bom sermos realistas. E o Senhor Ministro não disse nenhum disparate. O Senhor Ministro disse que o processo está a andar, ele apenas não foi rigoroso de dizer em que ponto está. Estão terminados os termos de referência, aliás, foi um dos últimos despachos que eu fiz esta semana, para que o IRHU lance o concurso para contratar projetista, para fazer estudo urbanístico e projeto, e, portanto, depois é preciso obter o Visto do Tribunal de Contas, e depois garantir formalmente o financiamento que por agora só está politicamente garantido, lançar concurso para a obra, arranjar empreiteiro, construir e acabar a construção com as devidas licenças e propiciar aos cidadãos as habitações. E portanto, Senhor Ministro não deu este pormenor. Falou e falou bem, é uma operação está em curso, sim.

Quanto ao Primeiro Direito, nós continuamos tranquilos. Até porque ainda não há nenhuma câmara municipal em Portugal tenha recebido dinheiro algum e, portanto, seguimos o nosso caminho. O nosso caminho é sustentável e capaz e no Primeiro Direito é preciso que haja habitação disponível. Não havendo disponível é preciso construir. E as empresas de construção hoje que tem o mercado médio e médio alto, onde ganham 70 80%, obviamente, dificilmente, estão disponíveis para fazer habitação a custos controlados onde se ganha 12 ou 15%.

Eu sei que o Bloco de Esquerda não percebe nada do que eu acabei de dizer, porque não sabe o que é uma empresa. Não sabe o que é remuneração de capitais e, portanto, isto mete uma confusão tremenda.

Fica-nos aquele exemplo, daquele município fantástico gerido pelo Bloco de Esquerda, naquele país governado pelo Bloco de Esquerda, onde a habitação é construída a velocidade da luz, onde as Contas Consolidadas são fantásticas, onde o povo não paga impostos, onde tudo lhes é dado. Esse município chama-se ausência total, não existe.

E, portanto, esta Conta Consolidada é a conta dum município que existe, que trabalha, e que tem em marcha todo um conjunto de operações materiais imateriais com uma forte revolução cultural, o crescimento cultural, a lutarmos na linha da frente por sermos Capital Europeia da Cultura em 2027.

Trabalhamos, Francisco Picado, para que Aveiro Expo, cá virá até Setembro a aprovação do Estatutos da nova Aveiro Expo, que assumirá a condição de gestora do parque de exposições e do processo da candidatura de Capital da Cultura em 2027 e precisamos que esse passo formal seja dado até Setembro por questões instrumentais, da gestão da sua ativação. E, obviamente, do próprio processo de apresentação da segunda sessão de apresentação do BidBook até ao dia 21 de Outubro, que aquilo que está definido pelas regras, enfim, do concurso.

Quanto à Reserva Legal Jorge Greno, a vida é dura. Ainda não conseguimos dar a volta à Reserva Legal. Não por falta da nossa dedicação à causa, mas porque o Governo do país não liga nenhuma. Continuam as nossas diligências com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, porque é a gestora do Ministério das Finanças e nós não conseguimos resolver o problema. Vejam, não conseguimos pagar os 2,3 milhões de euros que devemos, nem com dinheiro, nem com terreno. É a vida. A minha fé, fé laica, no Ministro Fernando Medida para que nós consigamos entre outros, resolver esse problema. E eu aposto no

Ministro Fernando Medina. Eu aposto que nós para a próxima vamos conseguir tirar esta Conta, E que a última Conta Consolidada que inclua a Aveiro Expo seja a de 2022. E que na Conta Consolidada de 2003 já não tínhamos Aveiro Expo nesse balanço. É esse o nosso objetivo pelo qual lutamos. Muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala a Vogal Sara Sandra Resende Tavares).

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁵

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA)⁰¹⁶

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA)⁰¹⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁸

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹⁹ o Ponto 3 – Apreciação e votação da Conta Consolidada de 2021, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD18+CDS5), uma abstenção (CHEGA1), dez votos contra (PS5+PAN2+BE2+PCP1).

Seguiu-se a declaração de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰²⁰

“O PCP votou contra as Contas Consolidadas, não porque estas transportem qualquer erro ou falha técnica, mas porque são fundamentalmente as Contas do município aqui apresentadas tiveram o nosso voto contra na Sessão Ordinária de Abril. Portanto, por razões de coerência o voto contra, tem as mesmas justificações de quando aquele voto e das intervenções que foram produzidas na sessão ordinária de Abril.”

Ponto 4 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação “gratuidade dos transportes públicos no modelo implementado pela Câmara Municipal de Lisboa”.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰²¹ ao deputado proponente do BE para fazer a apresentação da Proposta de recomendação.

Vogal Celme Tavares (BE):⁰²²

“Muito obrigada Senhor Presidente. Desde há muito que o Bloco de Esquerda tem defendido a redução e progressiva gratuidade dos transportes públicos. É aliás uma ideia que consta do historial de intervenção e de programas eleitorais do Bloco de Esquerda em Aveiro. Não ignoramos o grande passo que o país deu nesse sentido com o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, conhecido por PART. E não ignoramos o muito que há por fazer.

Desde logo aumentar a oferta de transportes, em especial fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. É para isso que existe o Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público, conhecido por PROTransP.

Reconhecendo a importância destes programas, o Bloco de Esquerda apresentou em todos os Orçamentos do Estado, o reforço destes programas. Também o fizemos este ano. E infelizmente estas propostas têm sido repetidamente chumbadas.

Mas se estes programas são uma marca importante no país, há que dar novos passos. E o novo passo é a gratuitidade dos transportes públicos, a implementar de forma gradual. A gratuitidade dos transportes públicos já foi implementada ou pelo menos testada em muitas cidades com resultados bastante satisfatórios no aumento da utilização dos mesmos.

E estejamos cientes que a missão dos transportes públicos não é ter lucro no sentido de as receitas de bilheteira serem mais elevadas que as despesas operacionais.

Aliás, essa realidade não existe sequer nos locais com maior densidade populacional do mundo. Madrid e Barcelona, Londres e Nova Iorque, por exemplo. Nessa visão simplista dão prejuízo.

E se cidades grandes e densas têm estas contas, um município como Aveiro, mais pequeno e com parte da população dispersa e em freguesias com baixa densidade populacional, obviamente não foge a essa norma.

Mas a missão dos transportes públicos não é essa visão limitada de lucro. Se assim fosse, não existiam transportes públicos em lado nenhum do planeta. Os transportes públicos servem para garantir que todos, independentemente da sua condição social e dos seus rendimentos têm acesso à mobilidade. É para garantir uma resposta às alterações climáticas. É para reduzir a poluição e as doenças respiratórias. É para reduzir os números de carros em circulação, contribuindo até para que quem tem que usar o carro tenha mais infraestruturas e estacionamento disponíveis para o fazer. Basicamente é uma resposta às nossas vidas, mas já agora cada uma destas medidas significa um ganho económico para todos.

É essa a proposta que o Bloco de Esquerda aqui traz hoje. No caso apresentamos a transposição da proposta que Carlos Moedas apresentou à Assembleia Municipal de Lisboa.

Estamos certos que nenhum eleito do PSD/CDS achará ridícula a proposta de Carlos Moedas. Acreditamos assim que esta proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda merecerá, no mínimo, a reflexão séria da direita nesta Assembleia.

Em Aveiro o caminho tem sido o contrário. Houve a concessão dos transportes públicos e um corte drástico na oferta dos transportes.

O que estamos aqui a propor é a transposição da proposta que Carlos Moedas apresentou na autarquia de Lisboa. Isto apesar de considerarmos que a proposta Moedas podia ser mais ambiciosa, nomeadamente garantindo já a gratuitidade ao universo a que se propõe estudar. E ainda garantir a gratuitidade a todos os estudantes universitários da universidade de Aveiro, do ISCAA, do ISCIA, e não apenas aos legalmente residentes em Aveiro.

Ainda assim, apresentamos a proposta de Carlos Moedas a esta Assembleia Municipal.

No ponto 1 propomos “a implementação da gratuitidade do transporte coletivo de passageiros, com validade nos autocarros, lancha e ferry da AveiroBus, dirigida aos jovens até aos 18 anos, aos estudantes universitários até aos 23 anos de idade (24 no caso de inscritos nos cursos de medicina e arquitetura) e aos maiores de 65 anos, desde que possuam domicílio fiscal no município de Aveiro”.

No ponto 2 propomos “estudar a viabilidade do alargamento do universo de potenciais beneficiários da gratuitidade, por forma a abranger, designadamente, os residentes no município de Aveiro em situação de desemprego de longa duração; os beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) e os portadores de incapacidade permanente igual ou superior a 60% fiscalmente reconhecida”.

Por fim, no ponto 3 propomos “implementar, caso entenda, uma maior abrangência, gradualismo ou flexibilidade” que o referido nos dois números anteriores. Ou seja, damos

toda a liberdade à Câmara Municipal para escolher o ritmo desta caminhada para a implementação gradual de um modelo de transportes públicos gratuitos.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

“O problema da escassez de mobilidade afeta uma grande parte população e influencia significativamente o seu modo e qualidade de vida. Entendemos que os transportes públicos assumem uma importância central e decisiva na definição de políticas de mobilidade sustentáveis, no direito das populações à mobilidade, assegurar o transporte de pessoas, promover o desenvolvimento e a coesão económica social e territorial.

No concelho de Aveiro faltam carreiras que abranjam toda o todo o concelho, os horários são desadequados ao horário laboral e escolar, afetando diariamente milhares de trabalhadores e estudantes. O mau estado de algum material circulante, a falta de pessoal, transformam num problema verdadeiro deslocar-se de autocarro em Aveiro.

As ligações às freguesias do concelho e com os concelhos vizinhos são insuficientes. É evidente a falta de investimento e isto ligado ao processo não de privatização, mas de concessão dos transportes. É evidente a falta de investimento e de contratação de trabalhadores, não existindo trabalhadores suficientes para realizar substituições, quando algum não pode comparecer ao trabalho, levando a que se suprimam carreiras.

O custo das viagens praticado, por exemplo pela Transdev é incomportável e é disso exemplo o valor praticado na ligação às praias, o que torna que cria uma barreira, de facto, ao exercício do direito ao lazer com qualidade para muitas famílias. Este respeito, talvez fosse interessante saber até que ponto o PART já aqui referido programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos está a ter influência ou não no nosso concelho de Aveiro. E também tentar perceber a razão por que foi recusada pelo PS, pelo PSD e pelos partidos da direita a proposta de reforço das verbas do Orçamento de Estado para 2022, destinadas ao PART por forma a permitir a redução dos preços dos passes dos transportes e a gratuitidade até aos 18 anos e para os que tivessem mais de 65 anos.

Entendemos que não bastam as finanças dos municípios para caminhar neste objetivo, é também necessário um reforço das verbas do Orçamento de Estado, que estão destinadas este objetivo.

E a proposta do PCP, visando o reforço substancial dessa verba teve o veto do PSD do PS. Não tenho a garantia relação ao Chega. Talvez sim, talvez não, mas da Iniciativa Liberal também.

Os municípios têm um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e na promoção do uso sustentado recursos, quer seja ao nível do consumo, da ineficiência energética, o que pressupõe também um contributo para transportes públicos eficazes. Portanto é claro que, por tudo o que acabou de ser apresentado, iremos votar a favor da proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, mas sem deixar de ter em conta que é muito mais que um problema municipal. É em grande parte problema municipal, mas é muito mais do que isso. E cito também, falou-se aqui da densificação, isto é a possibilidade de criar carreiras para lugares que tem um número menores de utentes que do ponto de vista da rentabilidade, ela é menor, mas o programa densificação visa exatamente criar os apoios necessários para esse objetivo.

Também aqui uma proposta de reforço de verba para este programa em 50 milhões de euros teve houve o voto contra dos mesmos partidos políticos. Portanto á luz de tudo isto iremos votar a favor da proposta e aproveitamos a oportunidade para questionar a câmara para nos dar um ponto da situação relativamente a dimensão intermunicipal da aplicação do PART.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

“Ao ler esta proposta do Bloco de Esquerda, confesso que fiquei contente, porque afinal o Bloco de Esquerda tem uma admiraçãozinha pelo engenheiro Carlos Moedas. Em Lisboa fazem-lhe a vida negra, em Aveiro idolatram-no, parece assim. Eu se fosse do PSD já teria enviado para eng.º Carlos Moedas esta proposta, este este elogio, do Bloco de Esquerda em Aveiro.

Mas eu compreendo a estratégia do Bloco de Esquerda. A estratégia do Bloco de Esquerda é encostar o Presidente da Câmara à parede e dizer-lhe, você agora não tem argumentos para dizer que a proposta é demagógica. Mas vamos agora à proposta em si. Ela com certeza gera bons títulos de jornais. “Bloco de Esquerda defende transportes públicos gratuitos para os aveirenses”. Isso é lindo. Mas depois o Bloco de Esquerda esquece de suportar a proposta respondendo àquela que é a pergunta que se impõe, mas afinal quem é que vai pagar as borlas dos estudantes e dos maiores 65 anos?

Essa é a pergunta que eu faço diretamente para o Bloco de Esquerda e agradeço que responda. Portanto o dinheiro não pago pelos passageiros na AveiroBus será pago por quem? Terá de ser repostado com transferências da autarquia.

O Bloco de Esquerda fez as contas de quanto essa medida vai custar? Depois relativamente ao argumento de que os transportes públicos gratuitos geram cidades mais sustentáveis do ponto de vista económico e ambiental, ela também é discutível.

Estas medidas têm sido introduzidas em cidades por todo o mundo com o argumento de encorajarem as pessoas a usarem menos os seus veículos automóveis, reduzindo assim congestionamento de trânsito, as emissões de carbono, reduzindo a poluição do ar.

A experiência internacional, de facto, demonstra que, efetivamente se tornar os transportes públicos gratuitos aumenta bastante o número de pessoas que os passam a usar. No entanto o que a experiência internacional também demonstra é que os transportes públicos gratuitos acabam por ter um impacto pequeno nos níveis de congestionamento do trânsito. Isto porque as pessoas que passam usar os transportes públicos gratuitos normalmente eram pessoas que andavam a pé ou de bicicleta. É pequena a fração de pessoas que deixam de usar o automóvel em individual para passarem a usar um transporte público gratuito. Existem estudos internacionais que provam isto. Depois disso a outra experiência internacional também revela outra coisa. É que a abolição das tarifas tem um efeito contraproducente. É que aumenta o número de viagens desnecessárias. As pessoas passam a andar de transporte simplesmente porque lhes apetece. Se não tiver método no transporte público dá a volta completa e nem sai, nem sei lado nenhum e anda a passear.

Portanto como consequências disto, passamos a ter transportes sobrelotados, que vai obrigar aumentar o número de trabalhadores desses transportes públicos e lá se vai o argumento da diminuição das emissões de carbono. Portanto isto é tudo muito bonito, mas para nós parece-nos um bocado demagógico estas medidas, por bem-intencionadas que sejam.

Depois para, para fazer face às viagens necessárias vai ser necessário aumentar a frota de transportes públicos. Portanto, nesse sentido, nós consideramos que as tarifas, por pequenas que sejam, acabam sempre por desempenhar um papel regulador. Evitam este tipo de abusos. Por pequenas que sejam as tarifas, até podemos aceitar que façam tarifas mais baixas para os idosos e para a juventude, mas as tarifas têm sempre um papel regulador contra estes abusos com a gratuitidade.

Estudos internacionais também apontam que a melhor maneira de convencer as pessoas a trocarem o automóvel próprio pelos transportes públicos, não passa pela gratuitidade dos

transportes públicos, passa isso sim, pela criação transportes públicos de melhor qualidade e com horários mais abrangentes e confiáveis. Isso são os que os estudos internacionais demonstram.

Dito isto e para concluir, em nosso entendimento esta proposta do Bloco de Esquerda não está devidamente fundamentada. Tenho dito. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

“Obrigado Senhor Presidente, aproveito para cumprimentar toda a gente na sua pessoa e toda a gente que nos acompanha em casa. Acompanhamos a proposta do Bloco. Queremos destacar a importância do investimento da mobilidade suave quer nos transportes públicos, quer na bicicleta, quer no alargamento das zonas pedonais, no espaço público.

Isto exige que o município trace um plano concreto, integrado, para a promoção de mobilidade sustentável e passe pela diminuição do uso do automóvel, bem como pela oferta de transportes públicos de qualidade.

Esta é uma medida relevante para o cumprimento das metas de descarbonização. Estamos numa época em que as nossas escolhas são fundamentais no que diz respeito ao aquecimento global do planeta. Acompanhamos assim as medidas propostas pelo Bloco no sentido em que incentivam o uso dos transportes públicos e representa um alívio ao orçamento das famílias tão necessário nesta altura.

Gostaríamos, entretanto, de questionar o Bloco de Esquerda se fez o levantamento sobre os custos previstos para a implementação desta medida em Aveiro.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Uma proposta como esta que nos é apresentada implica da parte do proponente um estudo sério e aprofundado das consequências que possam advir da sua eventual aprovação em sede de Assembleia. Estudo esse que não duvido que foi efetuado nesse sentido.

Por isso gostava de perguntar o partido proponente o seguinte. Na hipótese desta solução ser posta em prática e no pressuposto de que a mesma não implicar um aumento do número de passageiros fruto da gratuidade nela implícita, qual é o aumento de custos que daí advém para o município de Aveiro?

Segundo. Sabendo que a gratuidade, mesmo que seja apenas disponível para alguns segmentos da população, a mesma irá certamente originar aumento da procura dos transportes públicos de passageiros. Qual é o custo que o município de Aveiro teria que suportar caso o número de passageiros fosse o máximo possível dentro de cada um dos grupos indicados, tendo em consideração que a frota existente certamente teria que ser reforçada e havendo o conseqüente reforço de funcionários e o conseqüente aumento dos custos de manutenção e de combustíveis?

Terceiro. sabendo que a maioria de estudantes matriculados Universidade de Aveiro não terá domicílio fiscal no concelho. Que sentido faz a discriminação negativa feita a estes estudantes, quando comparada com a discriminação positiva feita aos estudantes de Medicina e Arquitetura fiscalmente residentes em Aveiro, que estão instalados noutras cidades por ausência destas licenciaturas no nosso concelho, aqui continuariam a ter direito a transportes gratuitos!”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

“Muito obrigado Presidente. Eu dividiria intervenção sobre este ponto em 3 partes. A primeira tem a ver com aquilo que o Partido Socialista pensa sobre mobilidade. E isso é por demais conhecido, quer a nível local, quer a nível nacional, não só a questão dos transportes, porque a mobilidade transcende a questão dos transportes e é um tema caro ao Partido Socialista.

Aliás, relembro, foi-o durante os 16 anos passados, o Partido Socialista sempre se bateu por uma oferta de transportes públicos que servisse condignamente os cidadãos aveirenses de acordo com aquelas que são as suas expectativas e, sobretudo aqueles que a esse nível são mais carenciados.

E, portanto, que não restem dúvidas, aliás, se dúvidas restarem, basta olhar para o último programa eleitoral e para as propostas do Partido Socialista a esse nível, onde estão plasmadas um conjunto de sugestões que teríamos obviamente implementado, se tivéssemos merecido a confiança dos cidadãos aveirenses. E temos feito chegar essas preocupações ao município, quer nas reuniões de Câmara Municipal, quer em reuniões de Assembleia Municipal. E, portanto, que não restem dúvidas, enfim, acautelando aquilo que já sabemos que, eventualmente, vá acontecer, não restem dúvidas que o Partido Socialista olha para a mobilidade com a atenção que a mesma merece.

O segundo ponto tem a ver com a proposta do Bloco de Esquerda. Eu, enfim, aprecio esta análise mais detalhada nos pontos, nos diversos pontos que estão na proposta do Bloco de Esquerda. E até agradeço, porque, de alguma maneira, fazem uma síntese e ajudam a lembrar aquilo que também foi alvo da leitura do Partido Socialista.

Mas eu diria que esta proposta sofre de um problema, enfim, um problema de base. É que é uma proposta enxertada e, portanto, basicamente, o que acontece é que, enfim, pegaram na proposta aplicada ao município como Lisboa e transpuseram-na para o município aveirense, com tudo o que de menos bom daqui advém.

Nomeadamente com um conjunto de questões que obviamente inibem de alguma maneira até, que levemos esta proposta a sério.

Isto não é possível em parte nenhuma do mundo, pegar em propostas de detalhe, aplicadas a municípios capitais e transpô-las para outros municípios, sem cautelar aquelas que são as especificidades do município em questão.

Obviamente, não compete ao Partido Socialista, porque não órgão executivo, estar aqui a acautelar um conjunto de detalhes que teriam a ver com a implementação. Mas parece-nos que esta é uma questão que fere de morte a proposta que aqui é trazida, porque efetivamente não é possível fazer uma transposição linear de um município para o outro.

Terceira questão. Agrava-se o facto desta transposição ser feita para um município onde, de acordo com a perspetiva do Partido Socialista, obviamente que a questão da mobilidade tem outras carências. E nós temos vindo a manifestar as mesmas e, portanto, acreditamos piamente que esta poderia ser uma peça importante no incremento da utilização do transporte público como meio de mobilidade dos cidadãos aveirenses a nível municipal e, eventualmente até a nível intermunicipal, mas a verdade é que o Partido Socialista têm vindo há largos anos a manifestar um conjunto de outras preocupações que carecem de ser colmatadas e que sem as quais não nos parece que esta gratuitidade surtirá o efeito de a trazer adeptos para o transporte público e para a mobilidade, baseado em transporte público. E, portanto, juntando a estas 3 peças diria que, enfim, o Partido Socialista, respeitando aquela que é a sua posição e respeitando aquela que é a sua cautela com a oferta pública de transportes, enfim, depois é a mesma se revestirá de diversas formas, consoante o caso, mas respeitando essa posição, respeitando aquilo que foi a história do Partido Socialista em Aveiro, relativamente à questão dos transportes

públicos e respeitando aquilo que é o trabalho que o Partido Socialista está a fazer a nível nacional em termos de mobilidade na ferrovia e na rodovia, o Partido Socialista não votará contra esta proposta.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

“Sobre esta proposta do Bloco de Esquerda temos algumas questões a colocar, mas nem conhecemos bem a quem é que as dirigimos. Se a quem elaborou a proposta foi o Carlos Moedas ou se a quem a copiou que foi os proponentes nesta sala. Mas mesmo assim vamos fazê-las, porque não encontrámos nos papéis que nos foram fornecidos essas respostas.

Então a gratuitidade dos transportes públicos. É uma proposta que vem aqui pela mão do Bloco de Esquerda, copiada de uma proposta do Carlos Moedas. Esta proposta traz custos, ganhos, receitas, apoios ou não? Esta proposta traz alterações orçamentais e opções de apoio, opções de custos, opções de ganhos, opções de receitas. Gostava de perguntar ao proponente da proposta que aqui trouxe. E quais são os custos, quais são os benefícios, quais são os apoios, quantas pessoas vai servir?

Se esta proposta é séria, gostava de ouvir aqui quais são os custos, quais são os ganhos, quais são as receitas, quais são as despesas que esta proposta traz para o Orçamento da Câmara Municipal e dos aveirenses. Se houver uma resposta séria estas questões e honesta, nós estudaremos a proposta e votaremos conforme ela não esteja apresentada. Como está, a proposta não é séria, não é honesta, não é para levar a sério. É um copy-paste uma proposta de alguém, e isso tem um muito feito sobre a qual nós não nos debruçaremos.

Sendo assim, se houver uma resposta a estas questões, nós estudaremos a tal proposta, o tal papel, e poderemos ter uma posição. Se não houver resposta nenhuma a nada, se não houver uma referência de custos, uma referência de utilizadores, uma referência de apoios, uma referência de quanto isso custa, mesmo que seja uma coisa boa, não é isso que está em causa. Mesmo que seja uma coisa boa digam-nos custa 10 euros ao município, é para mil pessoas, quer dizer, esse estudo está feito ou não para nós podermos lermos uma proposta séria e renunciarmos sobre ela. Assim estamos só a debruçarmo-nos sobre uma proposta que é um puro ato de fé partidária e que não é sério nem credível e possa ser levada a sério. Se não houver essas tais respostas votaremos contra.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[030](#)

“Senhor Presidente de forma muito, muito breve. Obviamente que uma longa conversa com o Presidente Carlos Moedas sobre esta matéria. E obviamente, dar conta que, quer seja no quadro municipal, quer seja no quadro intermunicipal, que as justificações, o enquadramento, enfim, não está aqui nada sobre a estratégia e as razões da opção de Lisboa, ponto um.

Ponto dois, é minha profunda convicção que o Presidente Carlos Moedas virá a ser um grande Presidente da Câmara. Mas ainda está na fase de aprender com Aveiro, ainda não está na fase de ensinar seja o que for a Aveiro. E, portanto, seguimos o nosso caminho na convicção que o facto que nos une profundamente na amizade, na sintonia política, na luta para que Aveiro seja Capital Europeia da Cultura, nos vai ajudar a ambos os dois, como diria o outro, mas verdadeiramente o exercício jovem, muito promissor, do Presidente Carlos Moedas tem da nossa parte uma grande disponibilidade para cooperarmos na razão daquilo que é a realidade profundamente diversa dum município como Lisboa e do município como Aveiro. Estamos a comparar realidades que não tem nada a ver e então

na matéria dos transportes é que a diferença é radical. Quer dizer, estamos a comparar alhos com bugalhos, não tem nada a ver. É um exercício daquela demagogia barata à Bloco de Esquerda.

António Salavessa nós estamos com um problema complicado. Olhe, enfim, estava aqui a passar os olhos por alguns despachos pendente do dia e vi aquilo que são as cartas que recebemos, nós, a Câmara de Aveiro, mas que receberam todas as câmaras do país, dos operadores de transporte, porque o famoso Decreto-lei 14C/2020, que institui os apoios excecionais do Orçamento do Estado às operações de transporte no âmbito do Covid 19, quer dizer duas coisas. Quer dizer a possibilidade de utilização das verbas do PART para suprimir problemas covid, chamemos-lhe assim. E o outro instrumento específico que foi lançado para o covid, para combater os problemas financeiros que o covid provocou às empresas, que lhe chama PROTransP, vai cessar a sua vigência.

E o que as empresas estão a dizer aos municípios portugueses e a nós, recebemos um email hoje, embora já sabíamos da situação, é que a partir do dia x, e só não vou dizer x para não criar alarme social, vão reduzir os serviços.

No nosso caso, estamos a falar dos transportes intermunicipais. Isto que eu acabei de dizer não se aplica aos municipais, aplica-se aos intermunicipais.

Portanto o PART continua a existir. O Orçamento de Estado voltou a encaixá-lo, mas voltou a manter aquilo que é o profundo desequilíbrio geográfico com uma verba brutal para Lisboa, uma verba relevante para o Porto e um restinho a dividir por todo o resto da pátria lusitana.

Portanto, é neste quadro que nós vamos trabalhando, que obviamente permite que alguns municípios, além da sua dimensão financeira brutal que têm, relembro só que a dimensão orçamental estabilizada do executivo da Câmara de Lisboa em 2019, o Orçamento era só de mil e duzentos milhões de euros. E, obviamente, com um quadro financeiro dessa grandeza há opções políticas que são possíveis de tomar. E depois ainda há a dimensão das ajudas.

Quanto à nossa empresa prestadora municipal, sabeis que temos concurso aberto. Aliás, decide hoje, enfim, responder à solicitação de vários candidatos a concorrentes para prorrogar o prazo de entrega das propostas, porque de facto, há interesse das empresas no concurso. Este pedido de prorrogação de prazo de várias delas no fundo é uma ratificação de maio para o início de Julho. É precisamente porque elas estão interessadas, querem apresentar, mas há aqui um quadro de dúvidas muito complexo. No fundo, substituído da pandemia pela crise energética, pela crise do crescimento dos preços dos combustíveis e, pronto. Obviamente há aqui mais uma tensão complexa para as empresas. Mas pronto, estamos convencidos que melhorámos substancialmente as condições de atratividade do nosso concurso no quadro da comunidade intermunicipal da região de Aveiro. Enfim, obviamente, esperamos pelo limite do prazo agora prorrogado para saber se temos candidato e, obviamente, tendo candidato, se algum deles tem condições para vir a assinar contrato conosco e iniciarmos essa operação.

É um momento muito complexo, mas que obviamente, esta é uma peça que queremos muito ter na mobilidade da nossa região de Aveiro, nesse quadro. Mas, enfim, há aqui um conjunto tensões negativas numa fase tão importante em que nós queremos ativar essa nova oferta que está seguramente mais qualificada no regime dos horários, nos circuitos, na qualidade do material circulante, mas, pronto, vivemos entre tensão da pandemia e a tensão da guerra e da crise dos custos dos combustíveis e, obviamente, são contrariedades graves nesta fase que apanhou o nosso segundo concurso.

Primeiro foi apanhado pela pandemia. O segundo é apanhado nesta situação, mas, pronto, vamos acreditar que vamos ter condição de assinar contrato com a empresa que ganhe o concurso. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Celme Tavares (BE):⁰³¹

“Muito obrigada. Começo pelo Senhor deputado do Chega, para lhe comunicar que o Bloco de Esquerda, naturalmente apresentou várias propostas neste Orçamento de 2022 sobre este tema, incluindo aumentar as verbas do PART em que o Partido Chega votou a favor.

Apresentou também a proposta de aumentar as verbas para o PROTransP, com um sistema de gratuidade como em Lisboa, mas que se dirigiam sobre outras áreas, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, e também com o voto a favor do Chega. Só para seu conhecimento.

Passando também agora de uma forma sucinta, pelo PSD/CDS não existiria sequer o PART. O PSD foi contra a sua criação, foi contra a criação do programa de redução dos passes nos transportes públicos.

Aveiro como qualquer outro sítio do país não teria a redução do preços dos passes. E agora é o PSD que se junta o PS para chumbar a proposta que o Bloco apresentou para mais dinheiro para o PROTransP. O PSD votou contra o alargamento das suas verbas, do programa de apoio à densificação e reforço da oferta de transporte público, verbas específicas para transportes públicos fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, repito.

Ou seja, o PSD rejeita mais dinheiro no Orçamento de Estado para os transportes públicos em Aveiro.

Estranhamente, estranhámos que digam que esta proposta aqui é uma proposta de Carlos Moedas é uma perigosa utopia socialista. Em Aveiro, há dinheiro para enormes investimentos em parques de estacionamento subterrâneo e outros, que nós já vastamente temos aqui debatido nestas nesta Assembleia, mas dizem que não há dinheiro para o transporte público que retira a pressão do automóvel e que liberta lugares estacionamento.

Bem, trouxemos esta Assembleia Municipal uma proposta de Carlos Moedas, claramente, sem uma ideia histórica do Bloco de Esquerda, que tem tanta força que até um autarca do PSD/CDS se viu na contingência de tornar realidade essa ideia. E já percebemos que Carlos Moedas não é um autarca qualquer dentro do PSD. Parece ser o único Presidente de Câmara do PSD que se quisesse avançar tinha apoios para concorrer à liderança do PSD. Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³²

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³³ o Ponto 4 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação “gratuidade dos transportes públicos no modelo implementado pela Câmara Municipal de Lisboa, sendo a proposta rejeitada, com cinco votos a favor (PAN2+BE2+PCP1), cinco abstenções (PS5), vinte quatro votos contra (PSD18+CDS5+CHEGA1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Jorge Greno (CDS):⁰³⁴

“Votámos contra porque face à ausência de resposta do proponente às questões colocadas pelo CDS, consideramos que mais uma vez se trata de uma proposta demagógica, não fundamentada e prova que a intenção do Partido proponente não é trabalhar em benefício da população aveirense, mas apenas ter mais alguns minutos de microfone nesta assembleia.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA):⁰³⁵

“Votámos contra porque a deputada do Bloco de Esquerda não respondeu às nossas perguntas sobre a viabilidade económica da proposta que apresentaram.”

De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰³⁶ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Junho.

Eram 22:30 horas do dia 09 de Junho de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:00)